

Ações afirmativas para ingresso ao ensino superior como meio de efetivação do direito à educação para os/as transexuais e travestis

Affirmative actions for admission to higher education as a means of effective of right to education to transsexuals and transvestites

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa¹

Laionel Vieira da Silva²

1

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo demonstrar as situações vivenciadas por transexuais e travestis nas instituições educacionais brasileiras. Iremos abordar as dificuldades encontradas por eles/elas nesses ambientes, assim como as dificuldades em conseguir ingressar e permanecer nessas instituições em virtude do heteroterrorismo, reprodução da heteronormatividade, da homofobia e transfobia nas escolas. Muitas das/dos transexuais e das travestis são expulsas e impedidas de continuar a desenvolver seus conhecimentos nas escolas, fazendo assim com que essas pessoas não consigam muitas vezes concluir o ciclo básico de ensino e então não consigam chegar a uma instituição de ensino superior. Foi percebido com a produção deste trabalho, a necessidade de políticas públicas voltadas para a inserção e permanência de transexuais e travestis no ensino superior, propomos como uma forma de sanar essa falta a criação de ações afirmativas. Visando assim, uma forma de compensação, incentivo e como um paliativo de efetividade imediata. Porém, torna-se necessário em conjunto com as ações afirmativas, medidas em longo prazo para efetivação continuada desses direitos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada a partir de materiais disponíveis na literatura científica a respeito da temática apresentada.

Palavras-chave: ação afirmativa, educação, transfobia, heteronormatividade.

¹ Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Email: bruno-dj15@hotmail.com.

² Mestrando em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba. Email: laionel.vs@gmail.com.

Abstract: This study aims to demonstrate the situations experienced by transsexuals and transvestites in the Brazilian educational institutions. We will approach the difficulties encountered by them in these environments, as well as the difficulties at getting enter and remain in these institutions under "heteroterrorismo", reproduction of heteronormativity, homophobia and transphobia in schools. Many transsexuals and transvestites are expelled and prevented from further developing their knowledge in schools, thus making these people cannot often complete the basic cycle of education and then are unable to reach a higher education institution. It has been perceived with the production of this work, the need for public policies aimed at inclusion and transsexuals and transvestites stay in higher education, we propose as a way to remedy this lack the creation of affirmative actions. Aiming at thus a form of compensation, incentive and as a palliative for immediate effectiveness. However, it is necessary together with affirmative action, long-term measures to continued realization of these rights. This is a literature survey from materials available in the scientific literature about the theme presented.

Keywords: affirmative action, education, transphobia, heteronormativity.

1 Introdução

Na sociedade há uma constante busca/necessidade em se definir, em dar um nome ou simplesmente descrever e dizer o que é tudo. Nas questões de gênero isso também se encontra arraigado e incrustados de tal forma que se é necessária uma busca constante pela sociedade do que é um homem e uma mulher de verdade. Chegando-se a um consenso superficial do que é um homem e uma mulher, gerando uma dualidade de gênero, essa heteronormatividade ainda se abala com o “surgimento” de um ser “diferente” desses, o/a Transexual, que vem de certa forma desconstruir a ideia do que é ser “homem” e “mulher”.

No Brasil essa confusão em relação a orientação sexual e identidade de gênero, chegou à mídia e teve grande circulação no Brasil, quando no ano de 1984, uma revista destacava a manchete: “A mulher mais bonita do Brasil é um homem”, nesse caso a mulher era Roberta Close, que segundo a manchete era um homem, definindo assim o ser homem e o ser mulher a partir do seu nascimento. Ela procurou ter a sua identidade de

gênero reconhecida, batalha essa que perdurou por muito tempo. Ela afirmava que era uma mulher transexual e precisava mudar seu nome e sexo nos seus documentos, mais sempre ouvia a mesma resposta da justiça: “Não, você nasceu homem e nada se pode fazer contra esse destino biológico” (BENTO, 2011)

Existe, portanto, uma dualidade de gênero em que se busca distribuir toda a população em dois opostos, onde cada extremo tem as suas particularidades específicas: como agir, andar, se comportar e gostar.

Há na sociedade binarista um encaixe perfeito, onde todos os indivíduos devem se enquadrar em “homem” e “mulher”, ao se encaixar o indivíduo é, portanto, perfeito e tem que seguir o que é “perfeito” para aquele encaixe, e o que vai de encontro a essa regra “é uma deformação ao encaixe perfeito pré-existente ao próprio indivíduo, sendo esse sistema perfeito, e o que se encaixa a ele tão perfeito quanto e o que vai contra, que não possui essa adequação. É imperfeito”. (BARBOSA, 2014)

Portanto, a uma construção do que se deve ser, agir e como deve ser o comportamento desse, antes mesmo do nascimento do próprio indivíduo. Um bebê ainda dentro do ventre de sua mãe, já gera expectativas e desejos. Ao nascer ele já está inserido dentro de um mundo considerado adequado ao seu gênero. Ao se constatar o sexo biológico do bebê, a uma construção de imediato das perspectivas e anseios em relação a ele/ela, se nasce uma menina, essa deverá ter determinadas características e se nascer um menino terá outras características, distintas das meninas. “A interpelação “é um/a menino/a” não apenas cria expectativas e gera suposições sobre o futuro daquele corpo que ganha visibilidade através dessa tecnologia, seus efeitos são protéticos: faz corpos”. (BENTO, 2011). Existindo, portanto, “(...) uma internalização dos indivíduos quanto ao conceito de o que é feminino e masculino, com uma normatização social pré-estabelecida ao próprio nascimento do ser.” (BARBOSA, 2014)

2 O “monstro”:

As sociedades sempre tiveram seus “monstros”. Seja no campo econômico, social, sexual, religioso, étnico, físico, ideológico ou em qualquer outro aspecto, sempre elegeram pessoas e padrões e operaram em uma relação de repulsa pelas diferenças. (BOHM, 2009)

Os indivíduos que vão à contra mão desse sistema binarista, são pessoas

estigmatizadas e punidas de diversas formas pelo simples fato de desviarem desse sistema, a norma trata por produzir em seus desviantes a figura de monstros. Barbosa e Cruz (2014), nos mostram a definição desse “monstro”, que seria o ser distinto, o diferente, o anormal.

O Monstro, o ser distinto do que se define como real e correto, nós leva a imaginar seres completamente diferentes do ser “humano perfeito” que conhecemos, as características disformes, proporções inadequadas as normais, ora uma parte do corpo é mais ressaltada do que outra, outrora é outra, essa distinção de busca de semelhança ao ser da classe/estrato da qual fazemos parte para nos sentirmos refletidos de alguma maneira no outro ou não, e essa não semelhança (social, genética, moral, teológica, normativa etc.), não sendo atingida por este indivíduo há uma quebra de expectativa e sendo assim, o outro do qual não tem as mesmas características que a minha, ele acaba não se assemelhando a mim, e sendo assim o vínculo de semelhança quebrado, surge o que santo Agostinho define como “O Monstro”, significa o que vai contra á ordem da natureza [...]. (BARBOSA; CRUZ, 2014)

Portanto, essas pessoas estão indo de encontro ao sistema heteronormativo posto como verdade, a uma dualidade existente e perfeita. Com isso surge a heteronormatividade, essa sendo a capacidade da heterossexualidade de se apresentar como norma, a lei que regula e determina a impossibilidade de vida fora desses marcos (masculino/homem e feminino/mulher). (BENTO, 2008)

Houve uma mudança na leitura sobre as identidades de gênero e a relação entre natural e cultural. Os chamados estudos queer. Que teve como marco fundamental um livro lançado por Judith Butler no ano de 1990 intitulado *Gender and trouble: feminism and the subversion of identity*. (BENTO, 2008)

Butler aponta nesse livro “os limites teóricos de um construtivismo fundamentado no binarismo”. O gênero para Butler é “uma sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, Linguísticas, domésticas e escolares, e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres”. (BUTLER apud BENTO, 2008)

3 Transexualidade

Ventura (2010) com base em estudos feitos por Castel (2001) produziu-o uma espécie de cronologia da “História do transexual” ou “fenômeno transexual”, dividindo-o em quatro fases distintas, propondo com esse uma periodicidade da história científica e cultural do conceito de “transexual”.

A primeira das quatro fases é marcada por teorias da sexologia, que tinham uma “ambição taxonômica positivista” e também propósitos de rejeitar a ideia da homossexualidade como perversão e revogar as sanções penais impostas a essa conduta sexual em diversos países. Foi no ano de 1949, em que o sexólogo Magnus Hirschfield, fez um estudo de caso onde esboçou as principais características do fenômeno, que mais tarde, viriam a ser consideradas específicas das transexuais. (VENTURA, 2010)

A fase seguinte é alimentada pelo desenvolvimento da endocrinologia, que foi denominada por Castel “behaviorismo endocrinológico“. Essa fase apoia de certa forma, as teses defendidas pelos sexólogos sobre a identidade sexual após o ano de 1945 e, de maneira indireta, contesta as teses defendidas pelos psicanalistas, acolhendo e justificando cientificamente a demanda das pessoas transexuais por transformações corporais. (VENTURA, 2010)

A terceira (de 1945 a 1975) fase apresenta-se como uma busca à defesa do tratamento dos transexuais por meio de intervenções corporais. Surgindo uma proposta de diagnóstico e tratamento para o “Transexualismo“ (denominação desse período histórico) e das primeiras iniciativas de institucionalização da prática médica, em sua versão contemporânea, para “mudança de sexo“ ou “readequação sexual“. Bem como as primeiras distinções conceituais entre os termos transexuais, travestis e homossexuais (BENJAMIN, ATHAYDE, CARDOSO apud VENTURA, 2010).

A separação entre sexo/gênero, elaborada por Money, possibilitou a compreensão e definição do transexualismo – passando a ser entendido como uma síndrome na qual a pessoa sente-se, psiquicamente, como se fosse de um sexo oposto ao seu – e estabeleceu as diferenças – em um modelo explicativo médico – entre identidade sexual, práticas e orientações sexuais dos sujeitos. O desdobramento prático dessa elaboração foi a separação da abordagem clínica e psicológica do transexualismo e do homossexualismo. Por fim, temos a contribuição de Robert Stoller – por meio da aproximação dos estudos de Benjamin e de Money e de estudos sobre o psiquismo das crianças afetadas por anomalias sexuais congênitas (FRIGNET apud VENTURA, 2010) –, que foi pioneiro ao iniciar o desenvolvimento da clínica psicanalítica para o tratamento do transexualismo (CASTEL apud VENTURA, 2010);

Em meados de 1970, teve o início da quarta fase, esse fato ocorreu com “a reivindicação libertária de uma despatologização radical do transexualismo e a ideia de que a [imposição de uma] identidade sexual é em si um preconceito e limita a liberdade individual” (CASTEL apud VENTURA, 2010). É nessa fase que ocorre uma rejeição maior em da psicanálise às propostas psicoterapêuticas, mas, em paralelo a isso, o “transexualismo” vai se consolidando como um fenômeno neuroendocrinológico, antagônico a qualquer psicogênese, principalmente a psicanalítica, acomodando-se, assim, as versões mais biologizantes do “distúrbio da identidade de gênero“, com aspirações de alguns grupos ativistas das pessoas transexuais. (CASTEL apud VENTURA, 2010)

Para o presente trabalho, consideramos como transexualidade a definição dada por Bento (2008), sendo essa “uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero” (BENTO, 2008), e para travestis a definição de Bohm (2009), na qual ela afirma, “pessoas que nasceram com o sexo biológico masculino, mas que constituíram uma identidade de gênero feminino no decorrer de suas vidas [...]”

4 Educação e Exclusão:

O contexto escolar e educacional é para as pessoas de uma maneira em geral, um espaço significativo, na construção de nossas identidades, processos de socialização e fornecem condições para se apropriar de conhecimentos necessários para se enxergar o nosso mundo, assim conforme aponta Dinis (2011), no qual ele afirma, “a escola, junto com a família e a mídia, constitui um forte agente na construção de parte significativa dos conceitos e preconceitos das novas gerações”.

Assim, o contexto educacional tem uma espécie de poder, em que ao mesmo tempo, está posto a possibilidade de construir ou desconstruir conceitos de uma amplitude significativa na vida do sujeito.

Em relação aos tipos de conceitos que podemos encontrar sendo transmitidos nas escolas devemos observar o que Cavalcanti (2011) nos afirma:

É importante salientar que a escola transmite e constrói conhecimento, ao mesmo passo que reproduz padrões sociais dominantes. O âmbito escolar está permeado de conflitos, contradições, perpetuando e reproduzindo normas e

valores heterossexistas, heteronormativas e machistas caracterizando-se como um lugar que pode gerar discriminação e preconceito.

Como ilustração desse fenômeno, o pesquisador Donald Sabo citado por Dinis (2011), nos demonstra como a homofobia é um dos mecanismos utilizados nas práticas esportivas em escolas para ensinar jovens atletas a desenvolver uma suposta “masculinidade”.

Lembro-me do seguinte episódio dos meus dias como jogador de futebol na escola de segundo grau: um garoto do segundo ano chamado Brian, um rapaz grande, mas gorducho, carecia de força física e do “instinto assassino” que, segundo nos ensinavam, era preciso para ser um bom jogador. Num dia quente e úmido, o treinador Shumock decidiu dar uma lição naquele rapaz. Chamou todo o grupo de defesa e obrigou o Brian a bloquear cada um de nós, um depois do outro. O tempo inteiro, o treinador o atormentava: “Quantas irmãs que você tem em casa, Brian? São seis ou sete? Quanto tempo demorou sua mãe para descobrir que você era menino, Brian? Quando foi que você deixou de usar vestidos como suas irmãs, Brian? Talvez o Brian gostaria de fazer uns biscoitos para nós amanhã, meninos. Você é mole, Brian, talvez mole demais para este time. O que vocês acham, meninos, O Brian é mole demais para nosso time?”. A provação continuou durante uns dez minutos, até o Brian desmoralizar-se, exaurido e chorando. O treinador tinha vencido. Tive pena de Brian, talvez ele não fosse uma “fera” de bom jogador, mas estava lá, suando e se maltratando fisicamente como todos nós. No entanto, eu percebia que “ser mole” tinha de ser evitado a qualquer custo. Em última instância, me aliava com o treinador e o resto do time, me identificava “para cima” com a hierarquia masculina, em solidariedade com o time, e não “para baixo” com a vulnerabilidade e o sofrimento de Brian. Hoje eu sei que as mensagens homofóbicas do treinador ficariam comigo muito tempo, muito tempo depois das lágrimas de Brian secarem no sol daquele dia quente. (SABO, 2002 Apud DINIS, 2011)

Esse mesmo exemplo discriminatório pode (e acontece) com meninos e meninas gays ou transexuais, ao reforçar os padrões binários que determinam como são e devem ser as condutas e formas de ser um homem e mulher em nossa sociedade. Tais práticas por sua vez, tendem a se agravar ainda mais, quando se trata de pessoas trans, através da transfobia, como afirma Junqueira (2009) citado por Cavalcanti (2011), a “pedagogia do insulto” passa a ser constante, levando muitas vezes as pessoas transexuais, como também as travestis, a desistir de ocupar esse espaço social, tendo desinteresse pela escola, através de grandes dificuldades no estudo ou mesmo abandono da escola.

Em relação a “pedagogia do insulto” Junqueira citado por Cavalcanti (2011) afirma que há uma submissão do outro, dos ditos diferentes, a variadas piadas, brincadeiras, apelidos, insinuações e expressões desqualificantes. O autor enfatiza ainda que:

As travestis e transexuais são as que mais vivenciam esta violência, caracterizada como homofobia (transfobia), e são elas que possuem as maiores dificuldades em se inserir no mercado de trabalho e concluir seus estudos, uma vez que, nas escolas, não raro, enfrentam obstáculos para se matricularem, participarem das atividades pedagógicas, terem suas identidades minimamente respeitadas e conseguirem preservar sua integridade física. (JUNQUEIRA apud CAVALCANTI, 2011)

Ainda em relação às práticas discriminatórias vivenciadas dentro do contexto escolar, Dinis (2011), nos lembra dos agravamentos quando se trata de casos como a transfobia, afirmando:

Na escola o bullyinghomofóbico tem resultado na evasão escolar de estudantes que expressam identidades sexuais e de gênero diferentes da norma heterossexual, e mesmo nas tentativas de suicídio de adolescentes em conflito com sua identidade sexual e de gênero, devido aos preconceitos e a discriminação sofrida no espaço escolar. Uma das principais vítimas no processo de evasão escolar também são as adolescentes travestis e as (os) adolescentes transexuais que dificilmente conseguem terminar seus estudos, sendo forçadas (os) a abandonar a escola, já que diferentemente de adolescentes gays e lésbicas, têm mais dificuldade em esconder sua diferença, tornando-se as vítimas mais visíveis dessa violência escolar.

Como consequência, temos danos de diversas naturezas físicas e psicológicas aos trans, direcionando inclusive a um alto nível de evasão escolar nessa população, a respeito disso, Souza (2012) nos aponta que não há a existência de dados oficiais referente aos números de evasão escolar de transexuais e travestis, embora, se reconheça, afirma a autora, que, segundo a associação brasileira de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (ABGLT) a evasão escolar de transexuais e travestis é de um total de 73% nessa população.

Apesar de que o sofrimento vivenciado por gays e lésbicas que tentam esconder a sua orientação sexual não seja menos sofrível, encontramos em ambos os casos a presença de um silêncio pactuado, independente dessa orientação sexual estar sendo camuflada, ou mesmo exposta.

Esse silenciamento, que se traduz também na omissão quando aparecem os casos de violência física ou verbal sofrida por estudantes que expressam sua diferença sexual e de gênero, é compartilhado pelas (os) professoras (es) que evitam discutir o tema da diversidade sexual e de gênero nas escolas. (DINIS, 2011)

A partir dessas situações excludentes, e práticas que incentivam a invisibilidade homossexual, encontra-se presente discursos na literatura científica sobre estratégias

sofríveis para evitar o confronto com esses tipos de opressões, conforme exemplo citado por Souza (2012), ao descrever a experiência vivenciada em uma das reuniões com transexuais, onde conhece alguém chamada Dália, que nos conta:

Dália, chamou atenção ao narrar que tomou a decisão de adiar o início de seu processo de transexualização para cursar a faculdade de análise de sistema. Ela considera que, mesmo tendo certeza de sua identidade de mulher, vestir-se e comportar-se como homem foi o meio que garantiu a possibilidade de graduar-se e manter-se empregada. Agora recém-formada, com uma considerável experiência profissional, iniciou o processo de transexualização e procura um novo emprego que aceite-a como a mulher qualificada profissionalmente que se considera.

9

Cavalcanti (2011), em sua pesquisa sobre sociabilidade das travestis nos ambientes educacionais na cidade de Maceió/AL, exemplifica na fala de uma das entrevistadas, chamada de Marina, a dimensão da dificuldade que é para a população trans chegar a competir por alguma vaga de emprego, “em que lugar você acha que vai empregar uma travesti, já distribui currículos em vários lugares, mas ainda não fui chamada para nenhum”.

Acerca desse comentário Cavalcanti (2011) revela:

É importante salientar que muitas vezes para as travestis ficam reservadas, apenas, trabalhos menores dentro da estrutura e hierarquia profissional, econômica e social. Sem apoio familiar e do ambiente escolar torna-se, ainda mais difícil a busca pela garantia dos seus direitos.

É necessário então, levar em conta a dimensão excludente vivenciada pelo público trans, bem como pautar possibilidades de políticas públicas que facilitem as suas inserções em campo profissional e contexto educacional mesmo diante dos processos sociais discriminatórios.

5 Trabalho, transexuais e travestis

A participação das/os transexuais e travestis em um ambiente de trabalho não homofóbico/transfóbico, está posto como um desafio e ao mesmo tempo uma meta a ser alcançada, uma vez que todos os cidadãos são sujeitos de direitos e merecem o devido cumprimento do direito à isonomia.

Em pesquisa realizada por Torres (2010), com duas professoras trans, é

evidenciado as dificuldades em se manter dentro de instituições supostamente voltadas a educação do ser humano.

Fiz magistério depois me formei com 18 anos, fui começar a trabalhar na escola particular, fui demitido por ser homossexual, não assumido, mas eu fiquei sabendo após três anos que eu não era incompetente, mas eu era gay (MARINA REIDEL, APUD TORRES, 2010).

A sua fala revela a dimensão da dificuldade que é se apropriar de um mercado de trabalho, o qual privilegia um padrão heteronormativo em detrimento da própria competência, competência essa que em sua conquista, se dá de maneira extremamente difícil para o público lgbt, o desafio está em suportar a educação heteronormativa e excludente, e mesmo nos poucos casos superados, há o desafio de encontrar um trabalho que escolha o indivíduo por outros critérios, que não a identidade de gênero e orientação sexual.

10

A presença de um/a professor/a LGBT pode ser tão ameaçadora que alguns entendem que é indevida na escola, pois pode constituir como uma “aprendizagem”. Um/a professor/a não está na escola apenas como transmissor/a de conteúdos educacionais, seus corpos e suas vidas podem mediar significados e questões que mobilizam os membros da comunidade escolar. A presença na escola de transexuais como professoras, associada aos atos de currículo, pode colocar em xeque a heteronormatividade; deste modo as transexuais estão sempre atentas à possibilidade de serem eliminadas. (TORRES, 2010)

Souza (2012) aponta diversas dificuldades que as pessoas trans, mais especificamente das mulheres trans, para conseguirem simplesmente ter uma chance de concorrer a uma vaga em algum trabalho, a autora salienta que a maioria das mulheres trans não possui documentos pessoais que condizem com sua identidade de gênero, destaca a dificuldade que existe no direito à troca de nome e de gênero nos documentos oficiais, em perspectiva judicial e médica, contando que apenas após um longo período de espera, através de muita persistência da/os transexuais elas conseguem. Diante essa longa espera, muitas vezes não é possível aguardar a mudança do nome para se iniciar as atividades laborais.

Souza (2012) relata ainda:

Soma-se a esse quadro a baixa escolaridade, conforme discutido anteriormente, e os preconceitos vigentes em nossa sociedade. Isso leva a grande maioria das

transexuais a narrar que se sente constrangida e exposta todas as vezes que concorre a uma vaga de emprego. Em muitos casos, afirmam perceber claramente que a sua eliminação no processo seletivo foi movida pela discriminação.

Souza (2012), nos traz também outro dado de extrema importância para o tema, em sua pesquisa sobre os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais, buscando compreender como se dá a inserção de mulheres transexuais no mercado de trabalho formal e informal, a autora revela:

Aquelas que iniciaram suas atividades profissionais no setor público narraram menos dificuldade no processo de seleção, visto que a contratação é realizada por concursos públicos, que utiliza como critério de seleção o resultado de provas de conhecimentos gerais e específicos. Porém, se o concurso público é uma via para essa população conseguir um emprego formal, devemos lembrar que, para a participação nesse processo há a necessidade de maior escolarização, o que não é o caso da maioria das transexuais (SOUZA, 2012).

Torna-se de fundamental importância, destacar, que em sua pesquisa, de uma amostra total de treze trans, apenas uma conseguiu alcançar o ensino superior completo, o que torna evidente a dificuldade dessas pessoas em conseguir um emprego por esses meios que tenha como pré-requisito uma maior escolarização.

6 Por um Sistema de Cotas

A fim de se tentar minimizar as discriminações sofridas pelo grupo LGBT, algumas medidas foram aos poucos sendo adotadas no Brasil, conforme afirma Grigoletto (2010), no ano de 2003, o Brasil colocou em pauta na Câmara dos Deputados, o Seminário Nacional de Políticas Públicas Afirmativas e Direitos da Comunidade LGBT (atualmente referida com maior amplitude), no qual a autora nos lembra que uma dessas medidas aprovadas foi a criação de uma Frente Parlamentar para a aprovação dos projetos de defesa desse segmento.

Houve um número considerável de propostas apresentadas pelos participantes desse seminário, dentre as quais, Grigoletto (2010) destaca:

- a) alteração do nome e do sexo no registro civil dos transexuais;
- b) cirurgia genital para transexuais;

- c) acesso ao emprego por meio de programas de capacitação;
- d) adoção de crianças por casais homossexuais;
- e) não necessidade de testemunha para abertura de processo por discriminação;
- f) criação de conselhos de medicina e psicologia e equipes de apoio às pessoas com desvios sexuais;
- g) concessão de incentivo fiscal para quem empregar travestis;
- h) cota na universidade;
- i) tratamento diferenciado nas contratações do setor público;
- j) introdução de disciplinas contra o preconceito nos currículos escolares;
- k) controle social da televisão para evitar piadas que estimulem a violência contra homossexuais.

É presente nessas propostas elencadas, uma preocupação com incentivos a educação e a vida profissional do público LGBT, dentre os quais as pessoas transexuais e travestis, a partir do item “acesso ao emprego por meio de programas de capacitação”, “concessão de incentivo fiscal para quem empregar travestis”, e “cota na universidade”.

Moehlecke (2002) pontua que uma das práticas mais conhecidas em ações afirmativas se trata justamente do sistema de cotas, a respeito das ações afirmativas a autora afirma:

O mais conhecido é o sistema de cotas, que consiste em estabelecer um determinado número ou percentual a ser ocupado em área específica por grupo(s) definido(s), o que pode ocorrer de maneira proporcional ou não, e de forma mais ou menos flexível. Existem ainda as taxas e metas, que seriam basicamente um parâmetro estabelecido para a mensuração de progressos obtidos em relação aos objetivos propostos, e os cronogramas, como etapas a serem observadas em um planejamento a médio prazo.

A adoção de uma ação afirmativa, um sistema de cotas para o público trans, configura-se como uma possibilidade de reconhecimento do processo discriminatório complexo sofrido por esses sujeitos e uma tentativa de se reverter o processo de alta evasão escolar oriunda de nossa formação social transfóbica.

Uma pesquisa citada por Cavalcanti (2011) realizada pelo Centro Latino Americano em Sexualidades e Direitos Humanos (CLAM) com entidades LGTB demonstram que os transgêneros (travestis e transexuais) são excluídos nos mais diversos níveis educacionais, apresentando percentuais baixíssimos se comparados a outros

Transgêneros (travestis e transexuais) são os mais excluídos em todos os níveis educacionais em relação aos homossexuais masculinos. Essa exclusão se acentuaria com mais intensidade se tais constatações fossem realizadas em comparação com os heterossexuais. As pesquisas demonstram que 6,4% dos homossexuais masculinos afirmaram ter somente o ensino fundamental. Em comparação com os transgêneros, esse número sobe para 14,7%. Se levarmos em consideração o ensino superior completo, 23% dos homossexuais masculinos declararam ter ensino superior completo e apenas 2,9% dos transgêneros possui igual nível de instrução. (CAVALCANTI, 2011)

Moehlecke (2002) nos diz que entre as justificativas que legitimam os projetos, de ações afirmativas, encontramos um espaço importante atribuído à educação, uma vez que ela é compreendida como um instrumento de ascensão social e de desenvolvimento do país.

A educação é um dos atributos da pessoa humana, seja ela no processo de reconstrução da experiência, ou na sua ação dialógica, e deve ser comum a todos. Na constituição federal de 1988, elencou no artigo 6, a educação como um dos direitos sociais, junto a saúde, alimentação, trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, dentre outros direitos. Já nos Artigos 205 e 214, declara a educação como um direito de todos e um dever do Estado. (OLIVEIRA JUNIOR, 2010)

Além da constituição, há diversos documentos jurídicos que contem dispositivos de grande relevância a respeito do direito a educação, como por exemplo o pacto internacional sobre os direitos econômicos, sociais e culturais (1966) e foi ratificado pelo Brasil no dia 12 de dezembro de 1991, e promulgado pelo decreto legislativo n. 592, no dia 6 de dezembro de 1992. Outra lei que versa sobre o assunto é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90), e o Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172/2001), entre outros. (DUARTE, 2007)

“Cruzar os limites dos gêneros é colocar-se em uma posição de risco. Quando se afirma que existe uma norma de gênero, deve-se pensar em regras, leis, interdições e punições”. (BENTO 2011). Essa citação é um reflexo do que é visto no cotidiano escolar, ao imaginarmos uma criança que diariamente sofre agressões: física, moral, verbal dentre outros diversos tipos de violência, podemos enxergar com isso, a reprodução desse mecanismo da sociedade heteronormativa, esse regime de exclusão promovido no

ambiente escolar. Vários relatos são encontrados muito frequentemente na literatura científica da área (BENTO, 2011; TORRES, 2010; DINIS, 20011; CAVALCANTI, 2011) nos mostrando o terror vivenciado nesse espaço.

8 Considerações Finais

O objetivo principal desta pesquisa acadêmica foi elaborar um estudo com o intuito de compreender e demonstrar as situações vivenciadas por transexuais e travestis nas instituições educacionais brasileiras.

As/os transexuais e as travestis vivenciam diariamente o preconceito e são vítimas diariamente de insultos, agressões e violências dentro das escolas brasileiras, se um menino se comporta contrariamente ao que se espera do comportamento de um menino “normal”, ele é constantemente agredido, muitas vezes fisicamente, outras moralmente e psicologicamente e o mesmo acontece com uma menina que não atende ao que é socialmente esperado de seus comportamentos.

Se uma menina gosta de futebol e não de bonecas, se ela gosta de brincar de luta e não de casinha, se ela prefere azul à rosa, se ela anda de um jeito “masculino” e não de um jeito “feminino”, ela é estigmatizada e jogada para longe do grupo, ficando assim muitas vezes isolada e o mesmo vale para o inverso, se for um menino que goste de bonecas e não de futebol, se ele gosta de brincar de casinha e não de luta, se ele prefere rosa à azul, se ele anda de um jeito “feminino” e não de um jeito “masculino”, ele também é estigmatizado e jogado para longe do grupo, ficando assim muitas vezes isolado.

As/os transexuais quebram todos esses paradigmas e esses conceitos pré-estabelecidos do que é de menina e o que é de menino. Gerando assim diversas consequências por irem de encontro ao socialmente posto.

As vítimas dessas situações, são sumariamente postas para fora dos muros das escolas, como forma de “limpar” as escolas dos “monstros”, tão distintos dos meninos e meninas “normais”. Como podemos ver na fala de Bento (2011), em que ela diz que não existem indicadores para que se possa medir a lgbtfofia e, quando falamos em escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão” (BENTO, 2011)

A eles são negados direitos fundamentais, pelo simples fato de não corresponder às expectativas atribuídas aos gêneros. A educação é um desses direitos fundamentais que são renegados as/os transexuais e travestis. “As escolas, funcionam como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora de heteronormatividade” (BENTO, 2011), elas segregam essas pessoas “diferentes” e retiram o seu direito a educação com a máscara da evasão.

Consideramos assim, como meio de solucionar esse descaso com os direitos fundamentais dos/das transexuais e travestis um sistema de cotas para ingresso em instituições de nível superior do Brasil, funcionando como um meio imediato de tornar possível o exercício desse direito que é retirado/tomado do indivíduo.

O sistema de cotas serviria para sanar essa não efetivação de forma imediata do direito a educação. Na legislação, garante-se esse direito, porém ao mesmo tempo é retirado, pois, ele não é efetivado. É preciso tornar um direito material/concreto/real e não apenas um direito escrito. Propomos com esse artigo a criação de um sistema de cotas voltado para o ingresso no ensino superior por transexuais e travestis, visando assim, uma forma de compensação, incentivo e como um paliativo de efetividade imediata. Porém, torna-se necessário em conjunto com as ações afirmativas, medidas a longo prazo para efetivação continua desses direitos.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira. Construindo Uma Identidade dos Direitos Trans: Uma busca por uma Adequação do gênero aos seus Direitos Previdenciários, **Conteúdo Jurídico**, Brasília, v.302, 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.48601>>. Acesso em 30 Ago. 2014.

BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira; CRUZ, Eduardo Ailson. João ou Maria? Maria ou João?: As dificuldades da adequação do gênero ao Nome civil. In: **Revista Gênero & Direito**, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/article/view/18293>>. Acesso em 30 Ago. 2014.

BENTO, Berenice Alves de Melo. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 19, Mai./Ago. 2011. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2011000200016/1944>>. Acesso em 30 Ago. 2014.

BOHM, Alessandra Maria. **Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis**. 2009. 103f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29931/000778482.pdf?sequence=1>> . Acesso em 20 Ago. 2014.

CAVALCANTI, Manuella Paiva de Holanda. **Gênero, educação & diversidade: sociabilidade das travestis nos ambientes educacionais na cidade de Maceió/AL. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**, Universidade Federal da Bahia, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308232879_ARQUIVO_ArtigoCONLAB.pdf> Acesso em 21 Ago. 2014

DINIS, Nilson Fernandes. **Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. Educar em revista**, n. 39, Jan./Abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a04>> Acesso em 22 Ago. 2014.

DUARTE, Clarice Seixas. **A educação como um direito fundamental de natureza social. Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0428100>> Acesso em 23 Ago. 2014.

FACCHINI, Regina. **Conexões, processos políticos e movimentos sociais uma reflexão teórico metodológica a partir do movimento LGBT**. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP. 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/2391059/Conexoes_processos_politicos_e_movimentos_sociais_uma_reflexao_teorico-metodologica_a_partir_do_movimento_LGBT> Acesso em 25 Ago. 2014.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa (2001). **O debate constitucional sobre as ações afirmativas. Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/21672-21673-1-PB.pdf>> Acesso em 27 Ago. 2014.

GRIGOLETO, Juliane Mayer. **Políticas públicas para homossexuais. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Londrina. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.JulianeGrigoletto.pdf>> Acesso em 25 Ago. 2014.

MEDEIROS, Márcia. **O trabalhador homossexual, o direito a identidade sexual e a não-discriminação no trabalho**, in: POCAHY, Fernando (org.), **rompendo o silêncio, homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teorias e atuação**. Porto Alegre: Nuances, 2007. Disponível em: <http://www.academia.edu/2393403/Rompendo_o_silencio_homofobia_e_heterossexismo> Acesso em 27 Ago. 2014.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, n. 117, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>>

OLIVEIRA JUNIOR, Washington Luiz de. A educação pública brasileira, enquanto direito fundamental, e a sua ação política na busca permanente ao estado democrático de direito. **In: Congresso Internacional de Filosofia e Educação**. Caxias do Sul – RS, 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplcinfe/eventos/cinfe/artigos/artigos/arquivos/eixo_tematico2/A%20Educacao%20Publica%20Brasileira%20Enquanto%20Direito%20Fundamental.pdf> Acesso em: 16 Ago. 2014.

SOUZA, Heloisa Aparecida de. **Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais**. 2012. 128f. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=782> Acesso em: 12 Ago. 2014.

TORRES, Marco Antonio. A transformação de professoras transexuais na escola: transfobia e solidariedade em figurações sociais contemporâneas. **Revista do programa de pós-graduação em ciências da UFRN**, v. 2, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2153/pdf>> Acesso em: 15 Ago. 2014.

VENTURA, Miriam. A transexualidade no tribunal: Saúde e Cidadania. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.